

PALESTRA

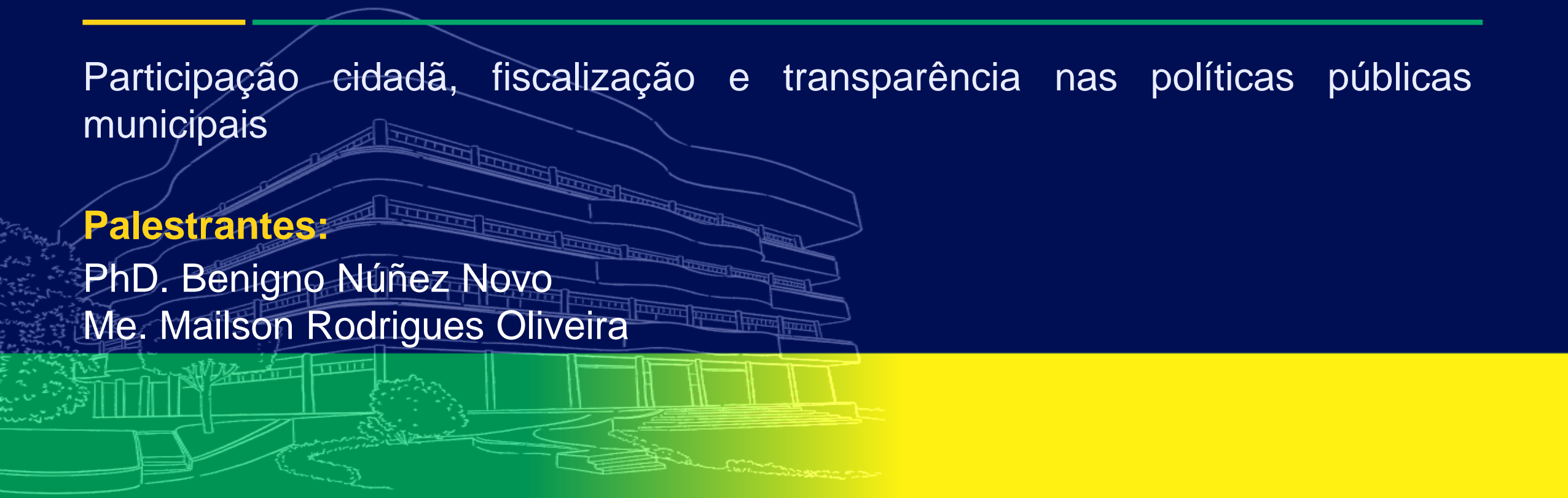
O papel dos Conselheiros Municipais

Participação cidadã, fiscalização e transparência nas políticas públicas municipais

Palestrantes:

PhD. Benigno Núñez Novo

Me. Mailson Rodrigues Oliveira





PhD. Benigno Núñez Novo

É advogado, professor e pesquisador com atuação nas áreas de direito público, educação e controle da administração pública. Possui pós-doutorado em Direitos Humanos, Sociais e Difusos pela Universidade de Salamanca (Espanha). É doutor em Direito Internacional pela Universidade Autónoma de Asunción, com título reconhecido no Brasil pela Universidade de Marília (SP). Também é mestre em Ciências da Educação pela mesma instituição.

No campo da formação complementar, é especialista em Educação pela Faculdade Piauiense, além de possuir especializações em Direitos Humanos, Tutoria em Educação à Distância, Auditoria Governamental e Controle da Administração Pública pelo EDUCAMUNDO. É ainda especialista em Gestão e Auditoria em Saúde pelo Instituto de Pesquisa e Determinação Social da Saúde. Graduou-se em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba.

Atualmente, exerce a função de assessor de gabinete de conselheiro no Tribunal de Contas do Estado do Piauí, estando também lotado na Escola de Gestão e Controle da mesma instituição, onde contribui com atividades de capacitação. Paralelamente, leciona em cursos de pós-graduação, consolidando sua atuação no ensino superior.



Me. Mailson Rodrigues Oliveira

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Possui atuação acadêmica e profissional voltada às áreas de Ciência Política, Administração Pública, Controle Governamental e Políticas Públicas. Atualmente, é servidor do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e integra o corpo docente da Escola de Gestão e Controle do TCE-PI, desenvolvendo atividades de formação e capacitação de gestores e servidores públicos. Também atua como professor do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Federal do Piauí, com experiência nas áreas de Sociologia, Ciência Política e Gestão Pública.

01

Conselhos Municipais

O que são e por que existem

02

Conselheiro Municipal

Papel institucional e responsabilidades

03

Acesso à informação

Documentos, dados e transparência

04

Base constitucional

Participação popular e controle social

05

Resultados esperados

Democracia, serviços e gestão pública.

PARTE 1

Conselhos Municipais

Órgãos de participação popular que aproximam governo e sociedade na gestão de políticas públicas

São órgãos de participação popular previstos na Constituição Federal de 1988. Permitem que a sociedade acompanhe, fiscalize e participe das decisões do governo municipal em áreas essenciais da vida coletiva.

“A finalidade dos conselhos é converter participação social em acompanhamento público, controle e melhoria das políticas municipais”.

Principais Conselhos Municipais

Educação

Fiscaliza e acompanha as políticas educacionais do município

Saúde

Acompanha recursos, serviços e funcionamento do SUS

Assistência Social

Fiscaliza programas, benefícios e serviços socioassistenciais

Alimentação Escolar

Fiscaliza a merenda escolar e os recursos do PNAE

Meio Ambiente

Acompanha políticas ambientais e proteção do território municipal

Quem é o Conselheiro Municipal?

Representante da sociedade ou do poder público responsável por acompanhar e fiscalizar as políticas públicas do município.

Seu papel é defender os interesses da população, garantir transparência e fortalecer a participação cidadã.

01 Representa

Leva demandas e expectativas da comunidade ao espaço institucional

02 Acompanha

Observa execução, resultados, recursos e funcionamento dos serviços

03 Fiscaliza

Solicita dados, verifica informações e comunica problemas

04 Delibera

Participa de reuniões, decisões, pareceres e encaminhamentos

01 Fiscalizar

recursos públicos e serviços prestados

02 Participar

das reuniões e decisões do conselho

03 Acompanhar

programas, metas e políticas públicas

04 Mobilizar

a participação da sociedade

05 Solicitar

informações e documentos públicos

06 Promover

transparência na gestão municipal

Importância do Conselheiro Municipal



- Garante a correta aplicação dos recursos públicos.
- Melhora a qualidade dos serviços oferecidos à população.
- Combate irregularidades, desperdícios e omissões.
- Aproxima governo e sociedade.
- Defende direitos da comunidade e amplia transparência.

“ A atuação do conselheiro fortalece a democracia porque transforma cidadania em presença ativa na gestão pública ”.

PARTE 2

Informação é condição de fiscalização

Sem acesso a dados, documentos e evidências, o conselho não consegue cumprir seu papel institucional

Acesso às informações e dados

Os conselheiros municipais têm direito ao acesso às informações necessárias para exercer suas funções de fiscalização e acompanhamento das políticas públicas.

Esse acesso deve permitir análise, deliberação e encaminhamento responsável das demandas do conselho.

Relatórios

Contratos

Atas de reuniões

Prestação de contas

Gastos públicos

Dados de programas e ações

A transparência e o acesso à informação são garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)

01 Transparência

Permite acompanhar gastos, contratos, metas e resultados

02 Controle social

Dá base objetiva para cobrar providências e corrigir problemas

03 Participação popular

Fortalece decisões públicas com informação acessível e verificável

PARTE 3

Controle Social

Participação da população na fiscalização das ações do governo, garantindo transparência, cidadania e melhor aplicação dos recursos públicos.

Art. 1º

Todo o poder emana do povo

Art. 37

Legalidade, moralidade, publicidade e eficiência como princípios da administração pública

Arts. 198, 204 e 206

Garantem participação popular na saúde, assistência social e educação

“**A Constituição Federal de 1988 abriu caminho para mecanismos institucionais de participação e controle democrático**”.

Importância dos Conselhos Municipais

01 Fortalecem a democracia

Com canais permanentes de participação cidadã.

02 Aproximam governo e sociedade

Levam demandas reais ao processo decisório.

03 Melhoram políticas públicas

Acompanham serviços, metas e qualidade dos serviços.

04 Garantem transparência

Exigem dados, relatórios e publicações dos atos.

05 Combatem irregularidades

Ajudam a identificar irregularidades, falhas e omissões.

Conselho ativo

**mais controle, mais
informação**

e

**melhores
decisões públicas**

A participação organizada amplia a capacidade do município de corrigir problemas e responder às necessidades da população.

Considerações finais

Amparados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Acesso à Informação, os conselheiros atuam na fiscalização de recursos e no monitoramento de políticas públicas em setores vitais como saúde, educação, assistência social, alimentação escolar e meio ambiente.

Ao participar ativamente das decisões governamentais, o cidadão conselheiro ajuda a combater irregularidades, qualificar os serviços públicos e promover uma gestão mais transparente.

“Essa estrutura fortalece a democracia participativa, aproximando a população dos processos de governança municipal”.

Obrigado!



Tribunal de Contas
do Estado do Piauí

Escola de Gestão e Controle (EGC) do TCE-PI

Av. Pedro Freitas, 2100, Prédio Anexo II -
3º andar - Centro Administrativo –
Teresina - PI

Tel.: (86) 3215-3927 • Email:
escola@tcepi.tc.br

